

Onde a geografia está nua?

Adila Eugenia Brindel

[Friedrich Alexander Universität Erlangen-Nürnberg. Grupo Dona Alzira]

A apropriação das tecnologias digitais de informação e comunicação pode trazer benefícios significativos para os trabalhadores e trabalhadoras, quando utilizadas com o objetivo primordial de promover e alcançar mais direitos e justiça social?

Quais são os argumentos? Quais são as controvérsias?

Eu considero que a nudez está relacionada à exposição dos sujeitos em suas vulnerabilidades, em seus desejos reprimidos, nos conflitos internos, nas máscaras sociais e na falta delas. Neste debate, pensamos na nudez considerando os impactos das tecnologias digitais em nossa sociedade e nas relações humanas.

A Transformação Digital, desde o virar do século, tem sido apresentada pelas grandes empresas de tecnologia como uma ferramenta para superar as injustiças sociais, especialmente referindo-se à questão da democratização do acesso à informação. Passadas mais de duas décadas, torna-se cada vez mais evidente que essa transformação digital ocorre de forma desigual entre as sociedades, entre os sujeitos, entre espaços rurais e urbanos, entre o sul e o norte global. Esse fenômeno é chamado de Exclusão Digital, amplamente discutido no livro de David Nemer "Tecnologia do Oprimido". Essa exclusão vai muito além do debate sobre possuir ou não os aparatos tecnológicos, ou acesso à internet. A própria forma como os sujeitos utilizam a internet, como se apropriam do espaço digital, demonstra desigualdades sociais pré-existentes à transformação digital.

Segundo Alexandre Barbosa, do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), em 2023, 87% dos brasileiros utilizam a internet exclusivamente pelo celular. Este dado aponta para limitações de habilidades daqueles que acessam apenas por meio de um smartphone. Tais habilidades, sejam operacionais, sociais, informacionais ou criativas, restringem ou expandem a forma como cada indivíduo acessa a internet, usa e se apropria das tecnologias digitais, configurando o que Eugenio Bucci, em "Superindústria do Imaginário", chama de capitalismo de dados. Esse fenômeno seria a monetização da captura do olhar e do desejo inconsciente.

Se os dados são o novo petróleo, como afirma Bucci, aqueles que se apropriam dos dados - pessoais e íntimos - possuem fortuna, poder, força e glória. Os dados, portanto, geram riqueza e ao produzir riqueza, o indivíduo é violado.

Nesse contexto, a transformação digital, com seu discurso tecno-otimista e tecnossolucionista, ou seja, reforçando a promessa do aumento da eficiência e crescimento econômico ao adquirir e implementar tecnologias no dia a dia, revela também seu lado excludente, colonizador e capitalista.

Bucci afirma que a forma de medir o trabalho mudou completamente. Se o relógio foi inventado, entre outros propósitos, para atender à necessidade do capital de quantificar em métricas a força de trabalho a ser comprada e remunerada, o que inventaremos agora para medir um tipo de entrega à produção que atravessa as horas sem descanso? Anteriormente, a força de trabalho era medida pelo relógio de ponto, para mensurar a dedicação do corpo. E agora? Como medir a entrega da imaginação (a entrega da alma) que a Superindústria do

Imaginário exige de seus "colaboradores" ou "usuários"? O tempo, em nosso tempo, é outro tempo.

Flávio Dino, Ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil, em 2023 questiona:

Há uma reflexão profunda sobre se as redes sociais, a internet e as tecnologias digitais realmente trazem libertação e emancipação, ou se, de certa forma, podem produzir um defeito no qual o problema não é mais cuidar da exclusão dos escravos, mas sim a tentativa de transformar todos em escravos. Falamos dos algoritmos, da imposição de gostos, da formação de pensamento, da necessidade de controle de ideias e do consumismo exacerbado. Sabemos que a inteligência artificial constitui um desafio ao estado de direito e à democracia, devido ao risco de autonomização da IA, que não é apenas uma questão ficcional, mas é real, na medida em que reconhecemos que essas tecnologias digitais não são isentas e não são imunes a vieses. Existe uma programação a priori que não é neutra. Esses vieses se materializam quando penetram na consciência das pessoas.

As geografias digitais (decoloniais) questionam: Onde está a resistência? Onde está a emancipação? Como pensar a categoria de trabalho nessa discussão? Como desenvolver uma abordagem em que a inovação funcione como mecanismo de superação das desigualdades sociais? O Professor Eguimar, durante o Colóquio "Toda Nudez Não Será Castigada", afirma, e eu reitero, que é necessário apresentar soluções e possibilidades utópicas.